



Maquinário ainda está na Ponta da Praia, em Santos, aguardando definição do imbróglcio; intenção inicial era terminar a obra antes do Carnaval

Prefeitura recebe aval para retomar obras contra erosão

Justiça libera as intervenções baseada em relatório da Cetesb, que dispensa licenciamento

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

A Justiça liberou, ontem, a retomada das obras contra erosão e danos causados pelas ressacas na Ponta da Praia, por parte da Prefeitura de Santos. A decisão da juíza Ariana Consani, da 3ª Vara da Fazenda Pública da Cidade, tem como base parecer técnico feito pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) – e apresentado em juízo no dia 2 de fevereiro – concluindo que o projeto “pode ser dispensado de licenciamento ambiental no âmbito da Cetesb”.

Segundo a juíza, está cumprida a exigência necessária para que a intervenção possa continuar. As obras estão paradas desde 12 de janeiro, quando o Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com ação pedindo a suspensão dos trabalhos pela falta de licenciamento ambiental ou dispensa formal dele. Até então, uma liminar (decisão provisória), impedia a retomada.

O parecer técnico da Cetesb foi feito para uma outra ação, na mesma vara e com a mesma juíza. Trata-se de um mandado de segurança da Prefeitura, de 24 de janeiro, pedindo que a companhia fosse obrigada a emitir o documento para que

AS OBRAS

As obras contra a erosão e os danos causados pelas ressacas na Ponta da Praia começaram em 3 de janeiro. O projeto consiste na construção de uma barreira formada com bags de tecido geotêxtil preenchidos com areia da praia. A proposta prevê a montagem de duas estruturas submersas: uma a partir da mureta da orla, na altura da Rua Afonso Celso de Paula Lima, que segue mar adentro por 275 metros, e outra paralela ao muro, em direção ao Canal 6, com 240 metros de extensão. Os bags são preenchidos com 7 mil metros cúbicos de areia. As obras têm custo total de R\$ 2,9 milhões, recurso liberado pelo Ministério Público Estadual (MPE) para a Prefeitura usar em ações ambientais, e que é resultado de multa ambiental por acidente ocorrido no Porto.

NA JUSTIÇA

O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com ação judicial para paralisar as obras por falta de licenciamento ambiental e, no dia 12 de janeiro, a juíza substituta, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Santos, Patrícia Naha, determinou a suspensão dos trabalhos. A Prefeitura recorreu no Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou o pedido da Administração. No meio desse entrave jurídico, Ibama e Cetesb diziam não ser responsáveis pelo licenciamento e iniciaram um jogo de empurra. Até que a Prefeitura ingressou com ação para obrigar a Cetesb a emitir o parecer dispensando a licença.

as obras fossem retomadas. Como esse processo ainda não foi julgado, a procuradora (advogada) do Município, Renata Araes Lopes Cardoso, usou o relatório para que, na ação mais antiga movida pelo MPE contra a Prefeitura, conseguisse a liberação do projeto.

“A gente entende a preocupa-

ção do Ministério Público, é louvável, mas o Município não se preocupa menos. Com todo respeito, essa decisão só vem coroar a legalidade do procedimento adotado pela Prefeitura, que desde o início consultou todos os órgãos competentes”, disse a procuradora para A Tribuna.

O promotor de Justiça de Ur-

banismo e Meio Ambiente de Santos, Daury de Paula Júnior, afirma que o MPE vai recorrer da decisão, que considerou “precipitada”.

“Enquanto não for julgado o mandado de segurança, não é possível dizer que a Cetesb é o órgão competente para licenciar. E o parecer não foi espontâneo, decorreu de ordem judicial provisória e tem muitas falhas”.

RETOMA HOJE

O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos, afirma que a obra será retomada na manhã de hoje, com a transferência de areia do José Menino para a Ponta da Praia, já que durante o período de suspensão houve perda no montante necessário para a realização do projeto.

“Precisamos de 7 mil metros cúbicos de areia. Por outro lado, a empresa responsável já vai providenciar o maquinário, que é alugado. Vamos ver se isso já é possível amanhã (hoje). Pretendíamos terminar a obra antes do Carnaval (até ser paralisada), mas vamos trabalhar agora para o final de fevereiro, começo de março”, diz o secretário.